

# PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA RELAÇÃO ENTRE O PLANTAR E O COMER

Islandia Bezerra<sup>1</sup>  
Sergio Schneider<sup>2</sup>

**RESUMO** Recentemente se observa um interesse tanto social quanto acadêmico na busca por estimular, bem como compreender os chamados circuitos locais de produção-consumo de alimentos. Contudo, há de se considerar que estes são, em geral, complexos e agrega-se ainda a necessidade de contemplar neste debate os aspectos relacionados à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). O atual modelo de produção e consumo de alimentos está associado a riscos importantes não só em termos de saúde e qualidade dos alimentos, mas também na dimensão social e cultural, principalmente no que se refere à pauperização do pequeno e médio agricultor. Ou, ainda, na interferência na cultura alimentar, cujas alterações vem reduzindo, sobremaneira, o consumo de alimentos produzidos local e/ou regionalmente descaracterizando, assim, o consumo típico-tradicional de um povo. Desse modo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) discutido e apresentado neste artigo traz este enfoque. Trata-se, prioritariamente, de uma pesquisa fruto de tese doutoral realizada na região centro-sul do Paraná.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política pública; Produção; Consumo alimentar; Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

PRODUCTION AND CONSUMPTION OF FOOD: THE ROLE OF PUBLIC POLICIES IN RELATION TO PLANT AND EAT

**ABSTRACT:** Recently noted an interest in both social and academic quest for stimulating as well as understand local circuits of production and consumption of food. However, we should also consider that these are generally complex and

<sup>1</sup> Nutricionista. Professora Adjunta do Departamento de Nutrição da Universidade do Paraná. Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional. Email: [islandia.ufpr@gmail.com](mailto:islandia.ufpr@gmail.com). Endereço: Departamento de Nutrição/ UFPR - Av. Prefeito Lothário Meissner, 632 - Jd. Botânico - Curitiba / PR - CEP 80210-170. Fone/Fax Departamento: +55(41) 3360-4133/ +55(41) 3360-4005

<sup>2</sup> Sociólogo. Professor Associado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: [schneide@ufrgs.br](mailto:schneide@ufrgs.br). Endereço: Av. João Pessoa, 31. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Pós-Graduação em Sociologia e PG Desenvolvimento Rural. CEP: 90.040.000 - Porto Alegre - RGS, Brasil. Fone: +55(51) 3308-3281.

adds to the need to consider in this debate aspects related to Sovereignty and Food and Nutrition Security (SSAN). The current model of production and consumption of food is associated with significant risks not only in terms of health and food quality, but also the social and cultural dimension, especially with regard to the impoverishment of the small and medium farmers. Or, again, the interference in food culture, whose changes has reduced greatly in the consumption of food produced locally and / or regionally destroying thus consumption typical of a people-traditional. Thus, the Food Acquisition Program (PAA) discussed and presented in this article brings this focus. This is primarily the result of a research doctoral thesis held in the central-southern Paraná.

**KEYWORDS:** Public Policy, Production, Food intake, Sovereignty and Food and Nutrition Security (SSAN)

## 1. À LUZ DE UMA BREVE INTRODUÇÃO

Ainda na década de 80 autores como Garcia (1985) e Chonchol (1987) registram que a compreensão de “sistemas alimentares” foi evidenciada pela implementação do programa “Sistemas Alimentares e Sociedade” (SAS) - *United Nations Research Institute for Social Development* (UNRISD) em vários países da Ásia, África e América Latina. Este fato se caracterizou como sendo uma resposta à necessidade de se analisar a alimentação em função dos processos de produção e de consumo, assim como de todas as etapas intermediárias, no contexto da sociedade num sentido mais amplo, visando à segurança alimentar.

No Brasil, considera-se que o debate da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) surgiu após a publicação da clássica obra de Josué de Castro “Geografia da Fome”, cuja primeira edição data de 1946<sup>3</sup>, a partir de então, o tema da fome como questão política e social passa a ser explorado de forma mais contundente pelo autor, fato que resultou na

---

<sup>3</sup> Josué de Castro (1946) traz o primeiro mapeamento sobre a disponibilidade e acesso aos alimentos – de Norte a Sul do Brasil – configurando o que hoje conhecemos como primeiro Mapa da Fome, passando então a ser considerado o marco histórico do debate para esse problema mundial. A contribuição deste autor para a questão da SAN no Brasil, bem como na construção de indicadores, é essencial, uma vez que a partir das suas descobertas foi possível relacionar o não acesso a uma alimentação adequada com outras variáveis, desde a concepção de saúde (individual e coletiva) à concepção de desenvolvimento social

publicação de “Geopolítica da Fome”. Batista Filho (2003) cita que após as publicações de *Geografia da Fome* e *Geopolítica da Fome* as ideias de Josué de Castro foram fundamentais para a instituição do salário mínimo, que estabeleceu uma cesta de 12 alimentos, que comprometeria 50% da estimativa salarial e atenderia 100% das recomendações de calorias, proteínas, sais minerais e vitaminas. Este fato demonstra o quanto o Estado pode (ou não) intervir tomando por base resultados de estudos/pesquisas que, mediante a construção/análise de indicadores, apresentam determinadas realidades, em determinados campos específicos.

Pode-se dizer, portanto, que as contribuições de Josué de Castro culminaram em reivindicações sociais e, mesmo que incipientes, nas ações por parte do poder público que vez ou outra traziam no seu cerne a questão de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), mas especificamente, a questão da segurança alimentar, já que o termo de soberania advém de questões de cunho mais político e, sobretudo, mais recente.

Recentemente se observa um interesse tanto social quanto acadêmico na busca por estimular bem como compreender os chamados circuitos locais de produção e consumo de alimentos (circuitos curtos), ou ainda, “sistemas agroalimentares locais” e, aqui, tem-se o exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), objeto de investigação nessa pesquisa. Contudo, há de se considerar que estes circuitos locais (ou curtos) de produção-comercialização-consumo são, em geral, complexos e requerem uma compreensão de vários fatores. Aliado a isso, agrega-se a necessidade de contemplar neste debate os aspectos relacionados à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), não apenas para contrapor o modelo atual e hegemônico de produção de alimentos, mas, especialmente, para garantir o debate acerca de uma nova proposta que questiona não só esse modelo predatório, mas também porque observa as repercussões deste processo na organização social, alimentar e econômica do local.

Sobre esta assertiva convém referenciar Leão e Maluf (2012) que em

---

<sup>4</sup> Documento fruto da parceria entre a Oxfam e Abrandh. A Oxfam é uma confederação internacional de 15 organizações que trabalham juntas em 99 países para encontrar soluções sustentáveis para a eliminação da pobreza e da injustiça. A Abrandh é uma organização brasileira, não governamental e sem fins lucrativos, que defende a democracia e os direitos humanos, em particular o direito humano à alimentação adequada (LEÃO; MALUF, 2012).

documento recém publicado<sup>4</sup> faz um relato esclarecedor de como o Brasil (ou o estado Brasileiro) vem buscando e adotando práticas – mediante políticas públicas – ditas por tais autores como originais, capazes de dirimir (ou mesmo) solucionar a situação de fome e pobreza no nosso país. Para tanto, os autores fazem referencia ao processo de construção social e política, no qual governo e representantes da sociedade civil, caminharam (e seguem caminhando) juntos em prol da agenda pública da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). Desse modo, evidenciam e creditam ao Estado a sua responsabilidade de criar e implementar políticas públicas que garantam os direitos fundamentais do ser humano: direito a renda mínima, alimentação, saúde, educação e trabalho. E, neste contexto, registra-se como exemplo as políticas de aquisição de alimentos (Programa de Aquisição de Alimentos/PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE).

Ilbery e colaboradores (2005) trazem argumentos sobre como o processo recente do reconhecimento dos circuitos locais (ou cadeias agroalimentares curtas), considerando, principalmente, os aspectos relacionados à comida (produção e consumo), vem contribuindo para o seu fortalecimento. Neste sentido os autores apontam a “emergência de uma nova geografia alimentar” que (re)significa a produção, o consumo e o próprio ato de alimentar a si e aos demais. Os autores fazem referência, ainda, aos fatores que contribuíram para o distanciamento da relação social existente entre produção e consumo de alimentos, sendo que, segundo eles, esta desconexão é fruto de uma ruptura entre os consumidores e os produtores tradicionais (vistos apenas como fazendeiros) que produzem e comercializam alimentos em larga escala, reforçando a crescente padronização e homogeneização dos hábitos alimentares - um dos fatores amplamente discutido, pelo menos no âmbito da Ciência da Nutrição, e que os autores também evidenciam como sendo o fenômeno da ‘McDonaldização’ RITZER *apud* ILBERY e colaboradores (2005: 116). Este fenômeno, por sua vez, *distanciou o consumo da comida como prática social e de sua produção*, além disso, este processo é considerado como sendo a “ocidentalização do padrão alimentar”, conforme referencia Garcia (2003). Ainda sobre este debate, Triches e Schneider (2010) argumentam que a

crise do modelo produtivista abriu espaço para a discussão de proposições de desenvolvimento local e sustentabilidade que envolve o estabelecimento de formas de organização que facilitem a intensificação e colaboração entre consumo e produção e, desse modo, o Estado assume a função (re)definir por meio de suas políticas e de seus programas de aquisições de alimentos modelos diferenciados de abastecimento alimentar.

A partir desta constatação, o PAA possibilita (assim como outros mecanismos que tenham operacionalização semelhante, tal qual o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE) uma articulação entre as práticas de consumo condizentes com as realidades locais e regionais, valorizando, assim, a cultura alimentar.

## 2. O QUE SE PRODUZ E O QUE SE CONSOME

O atual modelo produtivo está associado a riscos importantes não só em termos de saúde e qualidade dos alimentos (tanto do ponto de vista nutricional, considerando os aspectos de redução de nutrientes, quanto sanitário, ao se relacionar, por exemplo, a contaminação por resíduos de agrotóxicos) e, ainda, o que mais levanta polêmica na atualidade: a questão da transgenia. Mas, também na dimensão social e cultural, principalmente no que se refere à pauperização do pequeno e médio agricultor(a) ou, ainda, na interferência na cultura alimentar, reduzindo, sobremaneira, o consumo de alimentos produzidos local e/ou regionalmente descaracterizando o consumo típico-tradicional de um povo.

Esse modelo de produção e consumo de alimentos de ampla comercialização e produzidos em larga escala possui seu custo de produção reduzido e explora os componentes atrativos como a palatabilidade, estética e sanidade (asepsia), atribuindo a estes produtos, mediante a utilização de aditivos químicos, corantes e conservantes, sabores agradáveis, formas e aparências atraentes. Ressalta-se que a sustentabilidade desse sistema alimentar tanto do Brasil como em grande parte dos países da América Latina e Caribe se encontra – seriamente - comprometida. A chamada “Revolução Verde” que proporcionou o aumento da produção deixou ao

lado do seu aparente sucesso um rastro de destruição ambiental e uma profunda deterioração na qualidade dos alimentos disponíveis e, além disso, a exclusão social, econômica e cultural de uma parcela significativa da população rural. Sobre esta constatação, Pedraza (2005) afirma que tais resultados, até hoje, colocam em risco a possibilidade de um desenvolvimento que traga consigo a sustentabilidade ambiental e contribua para minimizar a situação de fome/desnutrição imposta a uma parcela considerável da população, vez que a riqueza resultante desse “desenvolvimento agrícola” concentra-se nas mãos de uma minoria.

É importante destacar que dentre os piores impactos desse legado (da revolução verde), e que repercute de forma massiva nos dias de hoje, é a relação direta e simbiótica com a indústria de alimentos que, por sua vez, resulta numa inversão de ordem e de valores, na qual predomina a visão de se estruturar o setor produtivo de alimentos (ou o sistema agroalimentar) orientado, pura e simplesmente, em prol da obtenção do lucro a qualquer custo, para este segmento. Para isso, prioriza-se então a exploração destrutiva dos recursos humanos e naturais que reflete na exploração da mão de obra no campo, no predomínio da monocultura com utilização ilimitada e não controlada de agrotóxicos, sendo estes itens determinantes da nociva produção capitalista intensiva. A dinâmica desse sistema agroalimentar (hegemônico) traz consigo as causas e as consequências do atual modelo de produção, que por sua vez incide no atual modelo de consumo. Sobre esta constatação tem-se a seguinte posição da Food and Agriculture Organization (FAO) reiterada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Em seu relatório o Consea (2004) afirma que

[...] a coerência dessa cadeia produtiva gira em torno dos princípios de demanda e oferta e independe da concepção de alimento como um direito de todos. Assim, este fato reproduz e fortalece um sistema de concentração de terra (meio de produção) e de renda (acesso) que historicamente se perpetua em grande parte dos países em desenvolvimento como o Brasil. Contudo, é importante ressaltar que o Brasil não dispõe de dados nacionais atualizados sobre disponibilidade de alimentos.

As análises sobre a produção nacional de alimentos indicam, apenas

indicam, que a disponibilidade global não é problema para o país. Quando calculado o equivalente em calorias do volume total da produção e dividido pelo total da população, o Brasil situa-se acima do mínimo estabelecido pela FAO. Não só a produção nacional de alimentos é estável e suficiente para atender às necessidades da população brasileira, quanto o país dispõe de recursos para importar os alimentos que não é capaz de produzir.

Nesta perspectiva, Luque (2008) traz uma reflexão crítica sobre o quanto as recomendações alimentares podem ou não influenciar no chamado sistema de produção agroalimentar e, conseqüentemente, resultar nas mudanças críticas do atual perfil epidemiológico e nutricional em grande parte dos países, como o crescimento da obesidade que, segundo o autor, tem [...] su conexión con un sistema agroalimentario fuertemente industrializado que cuenta entre sus logros el haber conseguido poner en el mercado calorías baratas y atractivas (2008: 134).

Salienta-se que o autor supracitado faz uma retrospectiva desse processo de mudança nos modelos alimentares, com conseqüências diretas no estado nutricional da população, desde a década de 60 até os dias atuais. Dessa forma, corroborando com tais reflexões, evidencia-se que as recomendações alimentares, sobretudo quando respaldadas cientificamente, influenciam fortemente, não apenas no modelo de consumo alimentar, mas, também, no modelo de produção de alimentos, uma vez que fortalece o modelo atual mecanizado e tecnificado que preconiza uma homogeneização do consumo, independente das formas e meios utilizados para este fim.

Ploeg (2008) vai além nessa problemática quando faz referência ao processo de industrialização como um fator determinante para a desconexão entre quem produz e quem consome e afirma “[...] a industrialização representa, em primeiro lugar, uma desconexão definitiva entre a produção e consumo de alimentos [...] também, coincide com um controle “imperial” direto e crescente sobre a produção e consumo de alimentos” (2008: 22).

Assim sendo, os espaços de produção e consumo acabam por se afastar resultando numa “superimposição” da indústria, potencializando a produção de alimentos industrializados que, por sua vez, impõem à sociedade preterir os alimentos *in natura* ou de produção artesanal. Nesse

aspecto, Castro (1998) enfatiza que existem tendências que criam e recriam possibilidades de diversificar, imensamente, a oferta de alimentos com o surgimento de novos produtos e com possibilidade de identificação dos produtores da matéria-prima agrícola, e que na realidade estão sendo permanentemente criadas novas concepções sobre o alimento que podem responder a diferentes necessidades do homem.

Esse cenário aponta que o PAA, assim como o PNAE, assumem o desafio de promover uma (re)conexão entre produtores e consumidores aliando os aspectos relacionados com a preocupação da sociedade com o meio ambiente e o seu bem-estar de saúde e social e, desta forma, propicia a valoriza os circuitos locais de produção-consumo de alimentos, contrariando assim os tradicionais processos impostos no modelo hegemônico que conta com a figura do atravessador e/ou intermediário. Para a compreensão do processo de (re)conexão da relação produção-consumo de alimentos, os autores Ilbery e colaboradores (2005) explicam “[...] Reconnect our farming and food industry; to reconnect farming with its market and the rest of the food chain; to reconnect the food chain with the countryside; and to reconnect consumers with what they eat and how it is produced” (2005: 117).

### 3. A PRODUÇÃO-CONSUMO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Refletir sobre a relação produção-consumo de alimentos necessita uma visão holística sobre vários aspectos. No entanto, Goodman (2002) afirma que, em especial a abordagem sobre consumo tem sido, ao longo dos anos, negligenciada, sub-teorizada ou mesmo tratada como uma categoria estrutural exógena. O que, de fato, parece ser o contrário. No contexto aqui descrito, a concepção de consumo (ou consumidor) assume a característica – ou melhor, o termo – de consumidores institucionais, dada a especificidade de operacionalização do PAA.

Já sob a perspectiva da produção de alimentos, é possível afirmar que no Brasil algumas estratégias vem sendo utilizadas, sobretudo, considerando os circuitos locais de produção de alimentos, que por sua



vez, são capazes de viabilizarem a reconexão (produção-consumo), sob outra racionalidade produtiva - cita-se a produção de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos fomentados por intervenções do Estado – mediante programas e políticas públicas – como o PAA e o PNAE. Contudo, salienta-se que, no geral, há uma preocupação em garantir que estes mecanismos promovam, de alguma forma, oportunidades necessárias aos pequenos produtores de alimentos e cheguem mais facilmente aos consumidores. Feagan (2007) aborda esta problemática, assim como os autores supracitados, à luz da geografia, numa tentativa de evidenciar as distintas apreensões acerca do tema produção-consumo de alimentos (comida), considerando, para isso, as concepções geográficas sobre lugar, local e comunidade. O autor evidencia ainda sobre o recente processo de realocização que vem acontecendo especialmente no âmbito da produção-consumo de alimentos locais (na esfera do município, por exemplo) e de como esse fenômeno poderá vir a ser benéfico. Esse processo de realocização, segundo o autor, deriva, também, dos recentes debates acerca da sustentabilidade que compreende descentralização, democratização e autossuficiência, neste caso, amplia-se às questões que giram em torno da SSAN como eixo capaz de agregar os mecanismos de operacionalização de políticas públicas como o PAA.

Caracterizada como uma política pública, apesar de ser um Programa, o PAA foi instituído pela Lei 10.696, de 02/07/2003, regulamentada pelo Decreto n.º 4.772, de mesma data. Atualmente, o Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008, é quem lhe dá o respaldo legal. Porém, esse arcabouço jurídico-legal não é suficiente para deliberar a mudança de um programa (PAA) em uma política pública. Nesse processo, apreende-se como um fator primordial à sua legitimidade perante a sociedade, que, por sua vez, garantirá o respaldo necessário para sua continuidade em momentos futuros. Burlandy (2007) ressalta que esta legitimidade pode ser fortalecida quando o governo confere às organizações e movimentos sociais *status* de co-gestores, possibilitando assim seu acesso formal a corpos consultivos permanentes do Estado.

No estado do Paraná, até 2007 o Programa possuía 301 projetos aprovados e que segundo Ghizelini (2010), apresentava a seguinte

distribuição: 240 projetos aprovados pela Secretaria de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social (SETP); 57 pela Conab e 04 em sistema de convênio direto como o MDS. Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2009) mostra, que da região Sul, o Paraná apresenta a segunda maior parcela de alocação de recursos.

A circulação, seja na produção, seja no consumo de alimentos no âmbito local, potencializa e/ou oportuniza, também, outras relações sociais, econômicas e alimentares que vão além da ‘simples resistência ao processo de desconexão do sistema agroalimentar’. Neste caso, em se tratando do ‘local rural’, toma-se de empréstimo as palavras de Wanderley ([s/d], p. 02), que diz [...] o espaço local é, por excelência, o lugar da convergência entre o rural e o urbano; um programa de desenvolvimento local não substitui o desenvolvimento rural, mas o incorpora como parte integrante. O espaço local é, de fato, o lugar do encontro entre estes dois “mundos”. Goodman (2002, p. 272) traz uma importante contribuição a esse debate que faz referência à produção-consumo de alimentos sob a perspectiva da sociologia quando afirma “[...] production and consumption thus appear as autonomous, ‘purified’ categories of social life, sites only skeletally connected through the act of purchase”.

Os autores e autoras aqui referenciados sugerem algumas reflexões acerca da produção-consumo de alimentos locais enquanto elementos sociais e concretos da sociedade, neste sentido explora-se o seguinte entendimento: a complexidade que é pensar o tema alimentação. A proposta de colocá-la como eixo central traduz a necessidade de problematizar as consequências impostas pela atual política macro que enfatiza, prioriza e financia o modelo atual de produção.

Seguindo com as observações até aqui postas, convém ainda, valer-se da contribuição de Goodman (2002) quando faz referência à problemática agroalimentar. De fato, este autor toma como eixo de análise a *quality ‘turn’* e afirma que o crescimento na literatura sobre este enfoque ganha ascensão a partir do momento que se passa a enxergar outras “alternativas” agroalimentares, sobretudo, aquelas criadas e/ou fortalecidas sob a perspectiva de redes, que por sua vez, viabilizam sistemas que tem como premissa a qualidade. Em outras palavras, sistemas agroalimentares que

majoram as estratégias locais e territoriais, com repercussão e reconhecimento da importância da produção alimentar local, vislumbrando assim um caráter multidimensional de desenvolvimento rural.

Ao trazer a este debate as dimensões alimentar e nutricional, apesar das muitas complicações com que tal análise se depara, demonstra-se a necessidade de se investir em análises teóricas – abalizadas em melhores argumentos - que possam fundamentar e explicar sobre a importância de estabelecer a conexão de produção e consumo de alimentos em âmbito local. De fato, a relação entre a produção-comercialização-consumo local de alimentos tende a ser inserida numa abordagem reducionista que, em geral, está encoberta por certo oportunismo. Esta assertiva deve-se às recentes constatações empíricas sobre a operacionalização do PAA desde a sua implementação e, por conseguinte, da recente lei que trata da alimentação escolar, que repercutirá em significativas alocações de recursos destinados ao segmento da agricultura familiar local. Sobre tal constatação convém referenciar Bastos (2006: 107) [...] seu entorno também muda a partir dessa intervenção, criando mecanismos de resistência, de reciprocidade e cooperação (ou de oportunismo). Essas mudanças de procedimento no transcorrer dos acontecimentos é que vão definir as escolhas possíveis, oportunidades a realizar ou não, retroalimentando o processo.

Existe sim um campo de oportunidades. No que se refere ao estímulo de se investir nessa modalidade de circuito local de produção e consumo de alimentos pelo fato de termos disponível um significativo mercado consumidor (aqui leia-se toda a sociedade), porém, com grave problema de acesso. É possível, ainda, vincular a este debate sobre circuito local a questão de acesso ao mercado do tipo institucional por parte dos(as) agricultores(as) familiares, a exemplo do PAA e da alimentação escolar, como sendo uma oportunidade destes ganharem competitividade e, conseqüentemente, ocuparem seu espaço no âmbito local.

#### 4. CAMINHOS DA PESQUISA

O PAA é considerado, atualmente, como instrumento da política de SAN para o fortalecimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) de modo a promover o abastecimento alimentar da população mediante algumas constatações: 1. O suporte à rede pública de equipamentos de alimentação e nutrição e à rede de instituições socioassistenciais; 2. A estruturação de circuitos locais de abastecimento alimentar; 3. A formação de estoques de alimentos para assistência alimentar a populações específicas, populações atingidas por catástrofes e populações escolares em insegurança alimentar. 4. Fortalecimento da agricultura familiar e de suas organizações econômicas e promoção do desenvolvimento local mediante a compra direta de alimentos a preços mais justos, garantindo renda para os agricultores familiares e contribuindo para a regulação, de forma indireta, dos preços de mercado.

A operacionalização das ações é de responsabilidade dos Ministérios: do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e, do Desenvolvimento Agrário (MDA), por intermédio da CONAB e, ainda nos estados e municípios (de forma descentralizada), com o auxílio das secretarias de agricultura e/ou de trabalho e ação social, Empresa de Assistência e Extensão Rural (EMATER), além dos gestores locais, formados pelas organizações de agricultores familiares como cooperativas, associações e sindicatos dos trabalhadores rurais.

A pesquisa aqui referenciada<sup>5</sup> foi realizada entre 2009 e 2010. O método de seleção do caso para compor a amostra do estudo caracterizou-se como sendo amostragem não-probabilística, cujo plano de amostragem é intencional ou seletivo. Fizeram parte desse estudo 5 (cinco) grupos de agricultores(as) agroecológicos provenientes de três municípios da região Centro-Sul do Paraná, mais especificamente os municípios de Irati, Fernandes Pinheiro e Inácio Martins. Foram entrevistadas 39 famílias inseridas no PAA.

A forma de organização da produção pautada no princípio da

---

<sup>5</sup> Este artigo é parte da tese de doutorado intitulada: "Nesta terra, em se plantando tudo dá?" Política de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no meio rural paranaense, o caso do PAA.

agroecologia merece destaque, pois revela uma lógica de produção sustentável, além de estabelecerem uma diferenciada compreensão da relação homem-natureza-alimentos. O número de questionários aplicados foi definido considerando a perspectiva de que o universo dos agricultores familiares associados e inseridos no PAA não apresentaria uma diversidade muito grande no que se refere às características de acesso e posse dos meios de produção; ao nível tecnológico; quantidade produzida; acesso a crédito e assistência técnica; e organização interna da produção.

O espaço que abarca a questão dos alimentos, desde a produção, distribuição, comercialização até o seu consumo, constitui um campo complexo, onde se cruzam disputas, direitos e interesses de uma série de agentes sociais, sejam no meio urbano ou no meio rural. As pessoas do meio rural, segundo Wanderley (2009), “[...] tem sido personagens de diversos e profundos processos sociais, que não só conformam o futuro dos indivíduos e de suas famílias, como também moldam as relações sociais e os espaços em que vivem”. Desse modo, para estudar os processos de transformação ocorridos, optou-se pelo estudo de caso - como explicitado anteriormente - enfocando os protagonistas partícipes do projeto do PAA em execução desde 2004. Os(as) agricultores(as) são distribuídos em grupos alocados em comunidades rurais. Convém esclarecer que antes da pesquisa de campo, propriamente dita, houve um processo de seleção da amostra (municípios, comunidades rurais e atores/sujeitos). Para definição dos três municípios pesquisados foi tomado como parâmetro a execução do PAA.

Fizeram parte da amostra 39 famílias – caracterizando-se como os **AGRICULTORES/ FORNECEDORES** -, com estas foram realizadas entrevistas abertas e aplicadas a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional (EBIA). Salienta-se que quem respondeu aos questionários, assim como as entrevistas, foi o(a) responsável por conduzir a produção dos alimentos entregues ao PAA. Também responderam as entrevistas abertas membros das instituições que gerenciaram e/ou gerenciam os recursos advindos do PAA.

Os **CONSUMIDORES** (consumidores institucionais) aqui estão representados pelas responsáveis diretas pelas escolhas dos alimentos que virão a compor a dieta quando da elaboração do cardápio e/ou aceitação dos produtos fornecidos pelo PAA, neste caso, as responsáveis técnicas

dos três municípios – nutricionistas – e, ainda, a coordenadora de uma das entidades que recebem os alimentos.

## 5. ANALISANDO E COMPREENDENDO

O processo com múltiplas repercussões em pelo menos dois segmentos sociais – **Produtores** (famílias agricultoras/fornecedoras do PAA) e **Consumidores** (entidades/ consumidores institucionais) - trouxe outra interpretação sobre o que vem a ser Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Essa aproximação – **produção-consumo** – fortaleceu as que existiam e criou novas redes de sociabilidade. O princípio da reciprocidade que opera nesta relação é traduzido na proposta do PAA de comercialização de alimentos de forma solidária que pretende garantir a sustentabilidade ambiental, econômica e alimentar das famílias produtoras, bem como a sustentabilidade alimentar de quem recebe os alimentos.

Os(as) agricultores(as) que fizeram parte desta pesquisa ratificam a importância do PAA no que se refere ao incentivo de organização e planejamento da produção, considerando, neste aspecto, os significativos esforços de estruturação no âmbito da unidade produtiva para transpor os limites da capacidade produtiva – especialmente no que diz respeito à terra, isto é, de acesso limitado e/ou qualidade da mesma.

Ainda sobre as limitações de produção, mesmo considerando que havia uma relativa diversidade naquilo que era produzido para o consumo da família, muitos dos(as) agricultores(as) fizeram referência, no momento da entrevista, que antes do PAA não havia necessidade de ampliar ou mesmo de diversificar ainda mais a produção, já que geraria um excedente e eles “não saberiam” o que fazer, senão “dar para a criação (para os animais)”. As mudanças advindas com o PAA ampliaram o horizonte destas famílias, uma vez que proporcionaram alguma previsibilidade, especialmente no quesito de inserção no mercado.

Ainda sobre este dado, foi possível observar que, entre as pessoas entrevistadas, os itens horticultura (77%), lavoura (36%) e pomar/fruticultura (21%) são os que mais se destinam à comercialização, respectivamente,

de mais da metade do que se produz. Dos produtos comercializados à Conab, destacam-se as hortaliças e as frutas, e no caso da lavoura “roça” feijão e milho são destinados tanto para o consumo quanto para comercialização, a maior escala produzida destina-se aos cerealistas da região, e um percentual menor é comercializado para o PAA.

## 6. A RELAÇÃO PRODUÇÃO-CONSUMO E O PAPEL DO PAA

Durante os anos 90 os produtos que mostraram maior taxa de crescimento foram àqueles de produtores mais modernizados, com fácil acesso a novas técnicas, capital e tecnologia, quando comparados ao cultivo dos pequenos agricultores familiares que mostraram estagnação e até mesmo retrocesso. Há uma crescente influência das indústrias multinacionais de insumos, como sementes e agrotóxicos, que determinam, cada vez mais, a forma de subcontratação dos agricultores e formas de preparo do solo, semeadura, colheita e outras, mediante entrega de pacotes tecnológicos (CHONCOL, 2005). Na região onde foi realizada a pesquisa, essa influência é fortemente sentida com a presença de empresas de fumo, que oferecem subsídios para o plantio, que vão desde agrotóxicos até estufas, máquinas e equipamentos. A produção de fumo cresceu assustadoramente nos últimos 10 anos. Em 1998, a quantidade de fumo (em toneladas) produzida nas regiões Sudeste e Centro-Sul do Estado eram de 21.929 e 2.882 respectivamente e em 2008, esse números aumentaram 176% e 302% (IPARDES, 2009). Esse aumento do cultivo de fumo teve reflexo no estudo a campo. Em entrevista realizada com uma agricultora do município de Irati, que cuida do pai idoso e o ajudou a criar outros dois filhos (mãe falecida), pode-se perceber pela fala dos agricultores a dificuldade que existe em renunciar ao comércio do fumo. “Plantamos fumo porque é a maior renda vem do fumo. Para o pequeno agricultor é o melhor porque se plantasse soja, milho, não daria tanto dinheiro.” (Entrevistada com agricultora de Irati/PR).

A dependência financeira aliada a histórias de sofrimento pode levar uma família a mera aceitação da realidade e estagnação frente a

oportunidades de mudança. Porém, em alguns casos, quando a compreensão da realidade afeta e direciona o indivíduo à mudança, este precisa arcar com as consequências para mudar o rumo da produção. Uma agricultora de Irati/PR afirmou, durante a entrevista, que sua família tem noção do que vem a ser qualidade de vida. Relatou a dificuldade que o esposo está tendo em se desvincular da empresa de fumo, devido à dívida mantida para o pagamento de uma estufa, necessária ao plantio do próprio fumo. Com a desvinculação, a família pretende trabalhar na própria propriedade, envolvendo-se somente com a roça e com a horta.

Além do fumo, atualmente, a região sofre a pressão das grandes indústrias madeireiras, que influenciam na produção de pequenos agricultores dos municípios, induzindo estes a arrendarem suas terras para o plantio de pinos e eucalipto. Dessa maneira os agricultores, quando optam por mudar o foco da sua produção, se veem presos às condições previamente estabelecidas por essas empresas. Ambas as produções dizem respeito a cultivos de produtos não alimentares, sem relação alguma com a sustentabilidade da população.

Existem tecnologia e disponibilidade de terras que podem satisfazer tanto a demanda de alimentos quanto a de energia, além de reduzir as discrepâncias estruturais Silva e colaboradores (2008). O problema, na realidade, é a má distribuição de terras, além do uso indiscriminado destas, para produção ilimitada de mercadorias, que não tem como finalidade a alimentação, suprimindo demandas do mercado e não das próprias famílias, como é o caso do fumo, por exemplo. O debate político e ideológico sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional permeiam questões como a produção de alimentos, a matriz energética e com ela a monocultura, os movimentos sociais e o agronegócio, a relevante demanda de alimentos e com ela a especulação do mercado de *commodities*. Isso nos remete a pensar sobre a crise na produção agrícola, não pelo fato da ausência dos produtos, mas sim à destinação que se têm dado a estes, conforme afirmou Souza (2009).

É pressuposto da alimentação saudável, ampliar e fomentar a autonomia decisória dos indivíduos e grupos, por meio de acesso à informação para a escolha de práticas alimentares saudáveis. Essa afirmação



esclarece o papel de trabalhar as dimensões da agroecologia. Essa abordagem refletiu nas respostas a essa afirmação, visto que os entrevistados se referiam aos alimentos cultivados com agrotóxicos como “veneno”. O conceito formado por essas famílias, sobre agroecologia e saúde, determina o modelo de compra de alimentos e o modelo alimentar das refeições que realizam em casa.

Muitos dos entrevistados, apesar de cientes do risco, ainda trabalhavam em lavouras convencionais, visando auxiliar na renda da família, visto que os ganhos provenientes da produção agroecológica eram insuficientes no suprimento das necessidades destas famílias. A declaração abaixo indica claramente o interesse que as famílias apresentam em trabalhar com a agroecologia, no entanto, a limitação financeira é considerada uma barreira neste processo. Desse modo, evidenciam a importância do PAA neste processo de mudança no modelo produtivo.

“Nós não estudamos, então é muito importante esse dinheiro, porque agora estamos bem. Tinha que ter mais incentivo para pequenos produtores. O governo tinha que dar mais um avanço porque tem bastante gente que quer fazer agroecológico. O problema do pequeno agricultor é não ter chance de sobreviver na terra. Não temos dinheiro para comprar semente”.  
(entrevistado de Fernandes Pinheiro/PR)

Embora apresente alguns desses entraves financeiros, a consciência da produção agroecológica pode contribuir fortemente na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) sob a ótica da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). O uso dessa opção como escolha de um projeto político traria para o Brasil um conceito inovador promotor de saúde, por meio da diminuição do contato dos agricultores com os produtos tóxicos; de autonomia, pela produção independente de agrotóxicos; e de sustentabilidade ambiental e alimentar, devido ao acesso facilitado a alimentos em quantidade e qualidade de forma a garantir sua reprodução para gerações futuras. Ou seja, a agroecologia, associada ao estímulo à agricultura familiar, serviria de instrumento de fomento ao mercado local, com produtos de qualidade garantida, sem prejudicar o meio ambiente e o ser humano. O fato de atualmente o Estado dispor de alternativas que viabilizam a ressignificação da relação produção-consumo

– como o PAA e PNAE – este sistema necessita de maiores e melhores interpretações.

Um dos princípios da alimentação saudável, é a utilização de todos os grupos alimentares na composição da dieta diária. Esta deverá fornecer água, carboidratos, proteínas, lipídeos, vitaminas, fibras e minerais, os quais são insubstituíveis e indispensáveis ao bom funcionamento do organismo. A diversidade da dieta que fundamenta o conceito de alimentação saudável pressupõe que nenhum alimento específico ou grupo deles isoladamente, é suficiente para fornecer todos os nutrientes necessários a uma boa nutrição e consequente manutenção da saúde. Nesse sentido, a auto-produção alimentar se desenvolve longe de um interesse econômico, se inscreve numa lógica do tempo livre e da qualidade dos produtos. Ela transforma a racionalidade do abastecimento e permite, sobretudo pela redistribuição dos excedentes, a instalação ou a manutenção de redes relacionais de proximidade Poulain (2004). A utilização da própria produção, para elaboração de preparações que resgatem práticas alimentares, é um ganho no investimento da agricultura familiar. Conforme afirmam Menasche e colaboradores (2008), as práticas de auto-consumo estão associadas à segurança alimentar, sendo que as escolhas expressam relações sociais, que identificam as comunidades estudadas.

É possível afirmar, portanto, que as evidências empíricas positivas sobre a viabilidade de operacionalização do PAA (desde a sua criação e implantação em 2003) ensejou alterações importantes no seu arcabouço jurídico. Recentemente, uma nova modalidade foi criada – Compra Institucional – para atender à demanda de diversas instituições como universidades, presídios, hospitais e até mesmo as forças armadas. De acordo com esta resolução (Res. Nº 54, de 27 de dezembro de 2012) esta nova modalidade é voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Distrito Federal e demais esferas de governo (estadual e municipal).

Convém ressaltar que – nesta modalidade operativa - a Universidade Federal do Paraná/UFPR assume um papel de vanguarda e assina, ainda em 2012 (outubro) o primeiro edital de chamada pública. Para se ter uma dimensão do que isso representa, em nota a assessoria de comunicação

informa que a UFPR mantém quatro restaurantes universitários, que funcionam sete dias por semana, servindo café da manhã, almoço e jantar. Em média, são servidas mais de 7,5 mil refeições por dia no almoço, chegando a um volume de aproximadamente 2,5 milhões de refeições ao ano. São consumidas cerca de 70 toneladas de arroz, 60 toneladas de feijão e 180 toneladas de carne por ano, além de hortifrutigranjeiros, cereais, frutas, leite e derivados (UFPR, 2012). Nesse sentido, o Estado brasileiro assume a responsabilidade direta de articular o processo de reconexão entre a produção-consumo de alimentos fomentando assim a valorização da produção local/regional/territorial.

Nesse contexto o(a) agricultor(a) familiar, ao ser estimulado a incorporar outro modelo de produção que garanta sua capacidade de policultor (a)<sup>6</sup> e, ainda, preserva a diversidade, aliando neste circuito a possibilidade de se inserir no mercado de forma a destinar sua produção ao abastecimento local/regional, garante a sua reprodução familiar e social – assegurando, assim, sua visibilidade enquanto um produtor que alimenta - frente à proposta de SSAN. Salienta-se, portanto, que esta proposta não é utópica, mas real. Ou seja, ao pensar na sua reprodução social e econômica deve-se também pensar sob a perspectiva da sustentabilidade.

Com base nas experiências desse processo de inserção a esse tipo de mercado, a partir das recentes experiências com o PAA, é que o Estado passa então a atuar em outra frente também em nível de mercado institucional. Neste caso, ressalta-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que a partir de 2009 regulamenta a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar num percentual mínimo de 30% e, além disso, vem se configurando como um novo eixo de atuação nessa aproximação entre produtores e consumidores.

Em muitos países o procedimento de obtenção pública de gêneros alimentícios (mercado institucional) possui significativa importância econômica e social, porém, este tem sido trabalhado totalmente à margem da implantação e implementação de políticas públicas e, sobretudo, à

---

<sup>6</sup> Termo utilizado para designar a produção de várias culturas, bastante comum entre agricultores(as) que dispõem de poucos meios de produção.

margem da participação democrática da sociedade na sua construção. Em geral, o método de aquisição de alimentos privilegia a obtenção dos gêneros alimentícios de grandes empresas/indústrias/cooperativas inseridas no “obscuro” ramo de comércio alimentos, no qual a aquisição via processo de licitação pública, pregão eletrônico e/ou outras transações utilizadas pela administração pública, por sua vez, inviabiliza a participação de produtores locais e até mesmo regionais.

Em análise desse sistema de aquisição de alimentos destinados às escolas e hospitais, Morgan e Sonnino (2008) pontuaram algumas barreiras impostas para sua execução que não diferem da realidade brasileira: i) o papel das agências reguladoras de alimentos<sup>7</sup>; ii) o favorecimento de grandes empresas/indústrias/cooperativas do segmento alimentício; iii) a exclusão dos pequenos produtores(as) locais; e iv) a compra de alimentos de baixo custo que repercute na redução parcial ou total de nutrientes necessários para o bom funcionamento do organismo. O argumento mais contundente que perpetua na prática na administração pública, sobretudo, perante as agências reguladoras, é aquele disseminado pelas próprias empresas/indústrias de alimentos e reproduzido pelos gestores, gerentes, e/ou técnicos responsáveis por esta modalidade de obtenção pública: o de que o alimento industrializado atende ao melhor “padrão de qualidade”, especialmente no que diz respeito à segurança alimentar, mais especificamente, à concepção de “alimento seguro” (referente aos perigos físicos, químicos e microbiológicos).

Ainda sobre o papel das agências reguladoras de alimentos, ressalta-se a constatação de Díaz Méndez (2006) [...] las agencias generadoras de normas no ofrecen hoy una orientación inequívoca, sino más bien compleja y diversa e incluso contradictoria, sobre cómo elegir los productos

---

<sup>7</sup> No Brasil, as agências reguladoras federais foram criadas a partir de 1996. Em se tratando da regulação de alimentos, em 1999, através da Lei N.º 9.782, foi criada a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, vinculada ao Ministério da Saúde. O controle sanitário dos alimentos é regulado, especificamente, por duas instâncias: a ANVISA/MS e o Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento – MAPA. É bem verdade que em se tratando de saúde pública as agências reguladoras de alimentos têm um importante papel a cumprir, contudo, é preciso reconhecer que suas ações limitam-se ao monitoramento e análise de alimentos no que diz respeito à sanidade microbiológica, física e química, sendo que as ações voltadas para o controle dos resíduos de agrotóxicos e, ainda, aos Organismos Geneticamente Modificados (OGM's) estão longe de serem consideradas eficientes.

adecuados para comer bien. Elegir es cada vez más difícil y obliga a contar con criterios de consumo alimentario que permitan tomar decisiones acertadas en medio de esta incertidumbre sobre lo que es bueno para comer (DÍAZ MÉNDEZ, 2006, p. 05,).

Retornando às contribuições de Morgan e Sonnino (2008), convém ressaltar que estes pontuam ainda questões que relacionam o papel do Estado frente aos desafios de pensar o desenvolvimento sustentável e, tomando de empréstimo suas concepções, incorporo outras, tais quais: 1) Como o Estado pode exercer o seu papel regulador e exigir padrões de qualidade na aquisição de alimentos destinados ao público mais vulnerável, sobretudo visando melhorias no seu estado de saúde e bem-estar social?; 2) Como potencializar as estratégias criativas – como exemplo a obtenção pública de alimentos *via* mercado institucional - junto às ações de desenvolvimento sustentável?; 3) De que maneira experiências advindas do PAA e, mais recentemente, da AE (mediante a Lei 11.947), podem ser vistas como ferramentas importantes no combate às trágicas mudanças que vêm ocorrendo, tanto no modelo de produção de alimentos – considerando, sobretudo, a monocultura (base para a indústria de alimentos) -, como no modelo de consumo alimentar, cujas repercussões incidem, sobremaneira, no estado de saúde do indivíduo, que relacionam morbidade e comorbidades como sobrepeso/obesidade e Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), respectivamente?; 4) E, por fim, mas não menos importante, como políticas públicas como o PAA e a AE podem ter sua atuação ampliada através de ações de caráter educativo, especificamente no que diz respeito à Educação Alimentar e Nutricional na perspectiva do DHAA?

Nesse caso, ressalta-se que SSAN/DHAA vai além, isto é, tem como pano de fundo a adoção de um projeto político intersetorial que estimule a produção, o consumo e a comercialização de alimentos saudáveis e adequados e, além disso, deve resgatar e valorizar o patrimônio e os hábitos alimentares culturalmente referenciados, de maneira articulada e integrada com a promoção de alimentos em âmbito local, do desenvolvimento sustentável e da SSAN.

Assim como o PAA, a Alimentação Escolar (AE) – por meio da aquisição

de alimentos destinados ao mercado institucional - pode e deve ser vista como uma possibilidade de contribuir de forma concreta para mudanças no sistema agroalimentar repercutindo não somente no sistema de produção e comercialização de alimentos (baixo custo), mas também como uma forma de criar 'novos' mercados (a exemplo do mercado institucional), que possibilite a inserção de pequenos produtores locais no abastecimento desse setor. E, ainda, como referem Morgan e Sonnino (2008), contribuir para mudanças no que diz respeito ao consumo de alimentos, o que tende a garantir, por exemplo, melhores condições de saúde e bem-estar social para gerações futuras.

## 7. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os elementos expostos revelam a estreita relação do PAA com as dimensões macroestruturais relacionadas à SSAN, assim como reforçam a articulação existente entre a Política Nacional de SAN (PNSAN) e a implementação de um modelo de desenvolvimento que priorize a sustentabilidade, a diversidade e a manutenção da cultura alimentar. Contudo, considerando a 'idade' do PAA, os dados apresentados ainda na introdução não permitem, necessariamente, uma avaliação otimista do seu desempenho, sobretudo considerando o aspecto da conexão produção-consumo. Poulain (2004) lembra que por detrás dos debates em torno da alimentação, e sobre ela, são as questões da sociedade que estão em jogo, já que se constitui numa prática comum a todos os indivíduos e diz respeito à sociedade em seu conjunto.

Para Valente (2002: 103) “[...] o ato de alimentar-se, e de alimentar seus familiares e aos outros é um dos que mais profundamente reflete a riqueza e a complexidade da vida humana na sociedade”. Saliencia-se nesse processo social as mudanças destrutivas como os problemas alimentares e nutricionais caracterizados pela má nutrição ou ainda doenças relacionadas ao sistema cardiovascular que possuem relação direta com este modelo, seja pela produção em larga escala (produção industrial) e escolha por estes alimentos em detrimento dos alimentos *in natura*, seja pela

homogeneidade imposta, sendo esta a principal consequência deste processo.

Um dos papéis principais dos analistas de políticas alimentares é conceber uma ponte entre os problemas ao nível micro e o ambiente macro. A compreensão do papel do comércio e dos mercados fornece o suporte para esta ponte, mas o preenchimento da lacuna entre os efeitos a curto e longo prazos da macropolítica requer a criação de empregos, estratégias de desenvolvimento rural que alcancem os pequenos produtores, utilização eficaz da política dos preços dos alimentos e subsídios alimentares cuidadosamente direcionados, *aliado ao modelo de produção* Timmer; Falcon; Pearson (1999, *grifo nosso*). Em geral, os sistemas agroalimentares (locais, regionais, nacionais e internacionais) investem numa proposta similar ao pensar a sua organização de produção e/ou provisão de alimentos. As escolhas que uma sociedade enfrenta para organizar este sistema caminham juntas com as econômicas, ou seja, o que produzir, como produzir e para quem produzir. Porém, na perspectiva da SSAN estas escolhas precisam trazer consigo novos valores, sejam estes éticos, sociais, ambientais e culturais, que possam repercutir de maneira positiva na forma como tal sociedade se organiza e, sobretudo, no seu bem-estar social.

Assim, considerando a extremidade do sistema – quem produz - nesta pesquisa faz-se referência aqueles(as) agricultores(as) inseridos na execução do PAA de três municípios do estado do Paraná (Irati, Fernandes Pinheiro e Inácio Martins), todos membros de uma associação que, desde 2003, vem resistindo às situações adversas quando do desafio de sua consolidação e reconhecimento social. Lê-se também como sendo quem produz aqueles que entregam os alimentos para serem doados às entidades, beneficiadas pelo PAA.

As análises constituídas neste artigo nos remetem a pensar no PAA enquanto ação direta do poder público capaz de romper, portanto, com as oposições que buscam contrapor Estado, mercado e sociedade civil. Desta forma, cumpre-se a necessidade de redefinir, inclusive, o sentido que se conhece acerca do abastecimento local, cuja apreensão não se restringe a simples questão logística de produção, transporte, armazenamento e distribuição, seja atacadista e/ou varejista, amplia-se esta compreensão

como sendo um sistema integrado que se estende desde a produção até o consumo, no qual o Estado e a sociedade (produtores e consumidores) figuram como atores relevantes do processo.

O PAA possibilita ao(à) agricultor(a) familiar promover significativas mudanças nos seus processos produtivos – a exemplo da agroecologia - e organizacionais, fato que repercute, mesmo que localmente, no modelo de consumo. Esse movimento em torno dessa conexão favorece a manutenção e/ou o resgate da diversidade na produção de alimentos e garante a variedade necessária (e exigida) no consumo alimentar pelas impostas “recomendações alimentares”.

## 8. REFERÊNCIAS

BASTOS, Fernando **Ambiente Institucional no Financiamento da Agricultura Familiar**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH-UNICAMP. São Paulo/SP. 2006.

BRASIL. **Lei 8.171. Dispõe sobre a Política Agrícola** - de 17 de janeiro de 1991.

BRASIL. **Lei nº 11.346. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN**. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Os Alimentos da Agricultura Familiar no Combate à Fome, 2009**. Brasília/DF. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 15/1/2010.

BURLANDY, L.; LABRA, M. E. Redes de política no combate à fome e à pobreza: a estratégia Comunidade Solidária no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1543-1552. 2007.

CASTRO, A. C. Agribusiness brasileiro e o papel do sistema de transporte intermodal. In: Santos, R.; Carvalho, L. F.; Silva, F. C. T. (Orgs.). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. 1998. Rio de Janeiro/RJ - Brasil.

CHONCHOL, Jacques. **Le défi alimentaire: la faim dans le monde**. Paris: Larousse. 1997.

CHONCOL, Jacques. “A soberania alimentar”. **Estudos Avançados**, v. 19, nº



55, pp. 33-48. **disponible en** <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/02.pdf>

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Relatório da II Conferência Nacional de SAN. Olinda/PE. 2004. Brasília/DF.

DELGADO, Guilherme. Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural. O Plano Safra 2003-2004 e o Plano Nacional de Reforma Agrária. In: Rocha, Marlene. (Org.). **Segurança Alimentar. Um desafio para acabar com a fome no Brasil**. São Paulo/SP, 2004: Editora Fundação Perseu Abramo.

DELGADO, G.; CONCEIÇÃO, J. C.; OLIVEIRA, J. J. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Brasília: IPEA. **Texto para Discussão**, n. 1145. 2005.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS (DESER). **O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Comercialização Agrícola no Brasil, entre 2003-07: uma Avaliação**. Curitiba/PR, 2008.

Food and Agriculture Organization - FAO. **Estúdio de caso sobre el derecho a la alimentacion en Brasil**. Working papers. 2003

FEAGAN, R. (2007). **The place of food: mapping out the 'local' in local food systems**. *Progress in Human Geography* v. 31 n. 1, p. 23–42.

GARCIA, R. **Systèmes alimentaires et société: un défi conceptuel et méthodologique**. Institut de Recherche des Nations Unies pour le Développement Social (UNRISD). Genève. 1995.

GARCIA, R. W. D. Inconsistências ao se preconizar modelos de dieta. **Revista Cadernos de Debate**. n. 8, p. 28-36. Campinas/SP, 2001.

GOODMAN, D. Rethinking Food Production-Consumption: Integrative Perspectives. **Sociologia Ruralis**, 2002. v. 42, n. 4. European Society for Rural Sociology.

\_\_\_\_\_. Rural Europe redux? Reflections on alternative agro-food networks and paradigm change. **Sociologia Ruralis**, 2004. v. 44, p. 3-16.

GHIZELINI, André Michelato. Políticas Públicas de Segurança Alimentar como processo de intervenção direta na produção e no consumo de alimentos no Brasil. VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural América Latina: realineamientos políticos y proyectos en disputa. Porto de Galinhas, Pernambuco/Brasil 15 a 19 de noviembre de 2010.

GUZMAN, E. S. **Agroecologia y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latino América**. XI Curso Intensivo em Agroecologia: Princípios y Técnicas Ecológicas Aplicadas a la Agricultura. 2000.

ILBERY, Brian *et al.* Product, process and place - an examination of food marketing and labelling schemes in europe and North America. **European Urban and Regional Studies**, 2005. v. 12, n. 2, p. 116–132. The online version of this article can be found at: <<http://eur.sagepub.com/cgi/content/abstract/12/2/>>.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico - Município de Fernandes Pinheiro**. Curitiba/PR, julho de 2009. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico - Município de Irati**. Curitiba/PR, julho de 2009. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico - Município de Inácio Martins**. Curitiba/PR, julho de 2009. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>.

LA VÍA CAMPESINA. **Las luchas del campesinado en el mundo**. 2009. Disponible en: <<http://viacampesina.org/sp/>>.

LEAPO, M.; MALUF, Renato S. **A construção social de um sistema público de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiencia brasileira**. Brasília, 2012. ABRANDH.

LUQUE, Emilio. La obesidad, más allá del consumidor: raíces estructurales de los entornos alimentarios. In: MÉNDEZ, Cecilia Díaz; BENITO, Cristóbal Gómez (Coord.). **Alimentación, consumo y salud**. Colección Estudios Sociales, 2009. n. 24. Disponible en: <[www.laCaixa.es/ObraSocial](http://www.laCaixa.es/ObraSocial)>.

MORGAN, Kevin; SONNINO, Roberta. **Repensando a Alimentação Escolar: O Poder do Prato Público**. In: 2010 - Estado Do Mundo - Transformando Culturas. Do Consumismo   Sustentabilidade. **Relatório do Worldwatch Institute sobre o Avanço Rumo a uma Sociedade Sustentável**. Salvador/BA, 2010.

PEDRAZA, Dixis Figueroa. Disponibilidad de alimentos como factor determinante de la Seguridad Alimentaria y Nutricional y sus representaciones en Brasil. **Rev. Nutr., Campinas**, 2005. v. 18, n. 1, fev. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732005000100012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000100012&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 18 fev. 2010. doi: 10.1590/S1415-52732005000100012.

PEDRAZA, Dixis Figueroa. Obesidad y pobreza: marco conceptual para su análisis en latinoamérica. **Saude e soc.**, São Paulo, 2009. v. 18, n. 1, mar. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902009000100011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000100011&lng=pt&nrm=iso)>.

PLOEG, J. D. van der. **Camponese e Impérios alimentares – lutas por**

**autonomia e sustentabilidade da era da globalização.** Porto Alegre/RS, 2008. Editora UFRGS.

POULAIN, J. P.; PROENÇA, R. P. C. Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. **Revista de Nutrição.** Campinas/SP, 2003. v. 16, n. 4, p. 365-386, out./dez.

SOUZA, Alessandra Silva de. **“Soberania Alimentar: A Agroecologia como instrumento de luta e resistência”2009.** disponível em [http://egal2009.easyplanners.info/area06/6415\\_\\_Souza\\_Alessandra\\_Silva\\_de.pdf](http://egal2009.easyplanners.info/area06/6415__Souza_Alessandra_Silva_de.pdf).

TIMMER, C. P.; Falcon, W. P.; Pearson, S. R. **Análise da política alimentar. Publicado para o Banco Mundial The Johns Hopkins University Press Baltimore e Londres, June. 1983.** Traduzido para português por Ana Leão e Jorge Leão com o apoio financeiro da Fundação de Rockefeller, 1999.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde Soc.** SaPo Paulo, 2010. v.19, n.4, p.933-945.

Valente, Flávio. L. S. “Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada”. In: \_\_\_\_\_. **O Direito Humano à Alimentação: desafios e Conquistas.** São Paulo/SP, 2012. Cortez Editora.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura,** 2000. v. 15.

Yin, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre/RS, 2005. Editora Bookman.

Recebido em 25/08/2012 - Aprovado em 05/12/2012